

FOME & ALIMENTOS: uma questão de política internacional

Maria Eulália do Carmo Ferreira¹

Resumo: A fome, a pobreza e a degradação ambiental não são apenas questões nacionais mas internacionais. Assim sendo, poderiam ser solucionadas ou minimizadas através de maior cooperação internacional. Entretanto, cooperação internacional não é automática, mesmo havendo a conscientização de graves problemas comuns que afetam parcela significativa da população mundial. Além disso, a interdependência que vem sendo construída entre os Estados é assimétrica. Estados centrais, além de auferir mais ganhos políticos e econômicos, podem utilizar seus recursos de poder para tornar seus interesses prioritários, mesmo que não hegemônicos, quando alguma questão cooperativa está em pauta. Assim, apesar de produzirmos tecnologia capaz de gerar alimentos, a pouca atenção dada à questão de política internacional nessa *issue-area* pode resultar em queda de produção e agravamento de uma situação já de *per se* catastrófica.

Palavras chave: fome; pobreza; degradação ambiental; cooperação internacional.

Abstract: Hunger, poverty and environmental degradation are not only national but international issues. Thus, they could be solved or at least be minimized through greater international cooperation. However, international cooperation is not automatic, even with awareness of these serious problems shared by significant portion of the world population. Furthermore, the interdependence that is being built between the states is asymmetric. Core States, in addition to obtaining more political and economic gains, can use their power to make their interests a priority, even if not hegemonic, when any question demands cooperation. Thus, in spite of producing technology capable of generating food, the little attention given to international politics in this issue-area can result in decreased production and worsening a situation particularly catastrophic.

Keywords: hunger; poverty; environmental degradation; international cooperation.

¹ Professora de História do Colégio Pedro II, *Campus* Centro. Professora aposentada da rede particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Mestre em Relações Internacionais pela PUC-RJ. Licenciada e Bacharel em História pela PUC-RJ.

“... Contudo, se empunhamos a espada do extermínio à medida que avançamos, não teremos o direito de lamentar a devastação.”

Charles Lyell. *Principles of Geologie*, 1832.

Fome. Este é um dos mais contundentes efeitos da degradação ambiental, sendo ela indelevelmente vinculada à pobreza e a desastres ambientais.

Estamos caminhando já no século XXI, vivenciando um momento em que a capacidade produtiva e inventiva do ser humano cresceu a níveis inimagináveis em um passado não tão remoto. No entanto, a fome e a pobreza no planeta permanecem graves, variando de regiões mas, sempre presentes. Altos níveis de crescimento demográfico, assim como crescimento econômico e contundente má distribuição de riqueza, trazem tanto a pobreza quanto a degradação do meio ambiente. Por conseguinte, pode-se inferir que a solução da questão da fome está vinculada à conservação do meio ambiente e à melhor distribuição da riqueza mundial, evitando, por conseguinte, a pobreza. (LEONARD: 1992, p. 9)

Tais objetivos parecem, em uma primeira avaliação, contraditórios de per si, na medida em que a necessidade de terras para a alocação de populações carentes (seja no campo ou nas cidades), assim como a de uma maior produção de alimentos podem trazer como efeito a degradação ambiental. Na verdade, a luta pela sobrevivência pode levar, primordialmente em regiões pobres, com pouco acesso a tecnologias e saberes, a uma não preocupação com desgaste ambiental. Afinal,

tecnologias e saberes tem custo alto em capital financeiro e humano, limitando a viabilidade de utilização dos mesmos em tais regiões.

Entretanto, uma solução imediatista pode levar à drenagem da riqueza da terra, comprometendo a sobrevivência a médio prazo das populações em questão, assim como a de gerações vindouras. Não haverá, portanto, a efetiva solução da pobreza e da fome *de hoje* e haverá, obviamente, o agravamento daquela *de amanhã*.

No entanto, populações mais pobres do globo poucos benefícios auferem de novas tecnologias que poderiam, quem sabe, solucionar ou minimizar a questão da fome e da miséria. Assolados muitas vezes por desastres naturais graves, países pobres muitas vezes recebem ajuda de Estados mais ricos através, por exemplo, da venda de alimentos à baixo custo. Além de tal recurso ser uma solução de curto prazo, arruína a possibilidade de recuperação de pequenos produtores locais como também pode engendrar um círculo vicioso de dívidas, dependência e até de degradação ambiental cujos efeitos negativos são de longo prazo.

Como exemplo é possível destacar a questão de Mianmar. O ciclone Nargis trouxe, para Mianmar, em maio de 2008, intensa destruição. A região do delta do rio Iaruádi teve incluso sua topografia modificada. No mesmo mês de maio chegaram à região devastada toneladas de alimentos e remédios enviados dos quatro cantos do mundo. Dos EUA e Canadá à Indonésia, Tailândia e Israel, Estados enviaram milhões de dólares para auxílio à região afetada. No entanto, pouco se fez no sentido de transferência de tecnologia para que fosse recuperada a produção agrícola local, em moldes adaptados às condições ambientais vigentes, de

forma a evitar ou minimizar possíveis desastres futuros². Desta forma, o meio ambiente recebeu, como em outras regiões de pobreza aguda, uma proteção que pode ser entendida como *igualmente pobre*.

Muitas vezes as áreas em questão não são propriamente pobres ou improdutivas mas, altamente sensíveis à degradação ambiental. É o caso, por exemplo, das regiões de floresta úmida equatorial existentes na Amazônia, na bacia do Congo (costa atlântica do continente africano) e na Ásia das Monções. Elas são “altamente suscetíveis à deterioração ecológica, ao menos que recebam investimentos em mão-de-obra e capital para construir infra-estrutura apropriada e, ao menos, que sejam adotadas tecnologias agrícolas especialmente adaptadas. Com grande frequência, no entanto, grave degradação ambiental manifestada sob as formas de erosão do solo, perda de fertilidade, desertificação e desmatamento – tem acompanhado as pressões crescentes aplicadas a essas terras vulneráveis. Esses problemas ambientais, não raras vezes, solapam o sustento de populações já pobres e dependentes da terra”. (LEONARD, 1992, p 18.)

O problema se apresenta ainda mais urgente quando tomamos consciência que, segundo o capítulo 7 do relatório da *Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA*, o Fundo de População das Nações Unidas, de 2011, em uma população de mais ou menos 7 bilhões de pessoas, somente na Ásia, 221 milhões vivem em pobreza absoluta. Mais de 85% da população mais pobre vive em países “em

² Disponível em [BBC. aabbcc. e Aid starting to trickle into Burma: agencies. CTV](#). Acesso em: 25 de novembro de 2012.

desenvolvimento” na África, América Latina e Ásia, sendo que os 20% mais pobres entre os pobres vivem na África subsaariana e no sul da Ásia, primordialmente no Butão, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.³

Se somarmos a essas populações aqueles indivíduos que se mantem vivos satisfazendo apenas as necessidades mínimas de sobrevivência – deixando de lado a questão de dignidade de sobrevivência - podemos alcançar, talvez, uma estimativa, segundo o anteriormente citado relatório, de quase dois bilhões de pessoas suportando alimentação insuficiente, moradia precária, falta de higiene e cuidados médicos básicos, inexistência de bens materiais mínimos e baixa qualificação profissional.

O interessante a se notar é que, desde a década de 1970, quando temos a revolução ambiental, primordialmente após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo de 1972 (Mc CORMICK, 1992), os esforços de organismos e instituições nacionais e internacionais que atuaram no sentido de aliviar a pobreza global tiveram um avanço significativo. Mas, apesar dos mais pobres entre os pobres terem recebido ajuda, mesmo que sazonal, não desenvolveram quaisquer impulsos autossustentáveis para a prosperidade através, minimamente, do aumento da produtividade. Em suma, continuam pobres e dependentes de auxílios externos.

³ Disponível em www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf. Acesso em 25 novembro de 2012.

A “falta desse impulso significa que, a despeito do progresso no alívio da pobreza, *os pobres entre os mais pobres* vêm se atrasando em relação aos mais ricos – tanto no tocante aos países mais ricos quanto aos mais ricos dentro dos próprios países” (LEONARD, op. cit., p. 32). O quantitativo de pobres no mundo diminuiu em termos absolutos enquanto a defasagem do padrão de vida e de consumo se não aumenta, tampouco diminui. A conclusão não é nova, já alcança o senso comum, mas ainda é pertinente.

As regiões mais pobres sequer passaram pela chamada “Revolução Verde”, entendida como a combinação de conhecimentos científicos da biologia, da geologia, da agronomia e da engenharia de alimentos. Tal revolução, aos poucos engendrada desde a publicação do Relatório Bruntland de 1987,⁴ pode fazer com que determinadas áreas se tornem de alto potencial agrícola e outras ao menos ecologicamente sustentáveis, capazes de garantir a subsistência digna de uma determinada população.⁵

Por que a Revolução Verde alcança algumas regiões e outras não? Em um primeiro momento entendemos as respostas como bastante simples e, porque não o dizer, óbvias. Há falta de capital de investimento,

⁴ Este relatório, “Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como Relatório Bruntland, foi produzido por cientistas do MTI, para a Comissão criada na Conferência de Estocolmo, cuja presidente era a então primeira ministra da Noruega, a Sra. Gro Bruntland. A proposta era a de analisar a questão ambiental associada as necessidades de crescimento dos Estados em desenvolvimento. Foi a partir deste relatório que se construiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Para maiores esclarecimentos ver MC Cormick, John. *Rumo ao Paraíso: história do movimento ambientalista*. São Paulo: Relume Dumarã, 1992.

⁵ É mister especificar que não está no escopo deste breve trabalho a análise das questões culturais, de política interna, migrações ou densidade demográfica entre outras, que permeiam as práticas ambientais. A proposta é a de destacar a questão como uma da agenda de *política internacional*.

seja ele financeiro, tecnológico ou humano. Algumas regiões são remotas (caso bastante comum em áreas da África subsaariana). Existem limitações naturais tais como baixa fertilidade do solo ou falta de umidade. Circunstâncias econômicas e socioculturais, como áreas de litígio intertribal ou interestatal, por exemplo, não devem ser ignoradas. E há, ainda, a séria questão⁶ de populações confinadas (porque para lá foram “empurradas”) em áreas consideradas de baixo potencial agrícola. A pressão humana em tais regiões é demasiada face, em grande parte, à alta fecundidade humana e à frequente descontrolada taxa de densidade demográfica, aliadas à desinformação e às reduzidas taxas de demanda de trabalho agrícola nas áreas de alto potencial, por conta destas utilizarem insumos e tecnologia.

Porém, talvez a maior parte desses obstáculos seria solucionada com uma maior cooperação internacional. Havendo o aumento do apoio a programas de pesquisa agrícola nacionais especializados, levados a cabo diligentemente por doadores internacionais e governos nacionais, sempre poderão ser obtidos significativos aumentos na produção agrícola. É inegável que a ciência produz soluções, mas que a aplicação das mesmas não depende apenas da disponibilidade global de profissionais capacitados.

Por conseguinte, a ação de *policy-makers*, não só no que tange à política interna quanto na arena internacional, pode ser entendida como

⁶ Caso claro das populações genericamente conhecidas como palestinos muçulmanos, sistematicamente migrantes por conta da criação e expansão do Estado de Israel, desde 1948. Vale destacar que não estão sendo consideradas tampouco valoradas ou analisadas as razões políticas e culturais, internas e externas, que geraram a migração das populações.

fundamental. Quando a possibilidade de solução da pobreza, da degradação ambiental e da fome ultrapassa as fronteiras dos Estados-Nações, a cooperação entre eles adquire um caráter vital.

Em pauta mova pergunta: por que a cooperação internacional nesta *issue area* não se efetiva, ou ainda é ineficiente, insuficiente ou ineficaz?

Talvez porque a cooperação na arena internacional é uma questão de construção política. Ela *não é* a resultante da automática conscientização de graves problemas comuns que afetam parcela significativa dos habitantes do planeta, comprometendo até mesmo a vida do planeta enquanto tal. Cooperação nasce de uma dura barganha política. É uma atitude de política.

Cabe então tratar o tema delimitando o que se está entende por *internacional* e por *Relações Internacionais* desde o final do século XX, no âmbito deste trabalho.

O conceito de Relações Internacionais utilizado é o construído a partir do nascimento de Estados dotados de soberania e território, delimitados em tratados internacionais na Paz de Westfália de 1648, que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos na Europa Ocidental. Foi então estabelecido, de maneira razoavelmente clara, pela primeira vez na história do mundo ocidental, territórios e limites de autoridade de soberanos e mandatários. Nascia então o conceito de soberania, ainda que os particularismos e instituições jurídico-político feudais ainda existissem e trouxesse, disputas entre os Estados europeus ao longo de, pelo menos, os dois séculos subsequentes (BOBBIO, 2004).

A partir de então relações internacionais passaram a referir-se, acima de tudo, a relações interestatais. Os atores na arena internacional vem, no entanto, tornando-se mais numerosos à medida em que se constrói a inter-relação e a interdependência entre os Estados, primordialmente após a expansão do Capital a partir do século XIX. A rede de relações tornou-se evidentemente mais complexa do que aquela do século XVII, tornando empresas – multinacionais e transnacionais, organizações governamentais internacionais (tais como ONU, BID ou FMI), indivíduos, organizações não governamentais vinculadas à questões específicas como Direitos Humanos, Defesa da Infância, Preservação do Meio- Ambiente entre outros, atores na arena internacional, ao lado de Estados. Há, inclusive, a clara erosão da autoridade de Estados enquanto tais na medida em que ações de política ou de economia internacionais ultrapassam fronteiras sem o que seja possível o resguardo *stricto sensu* da soberania de um dado Estado. Transações financeiras *on line* são feitas ao redor do globo, não sendo limitadas por fronteiras territoriais ou por soberanias políticas.

Entretanto, na medida em que as relações diplomáticas ainda são estabelecidas entre Estados, sempre que se pensa em *relações internacionais* ou *questões internacionais*, a tendência ainda é de se pensar e analisar primordialmente as relações interestatais, mesmo que ela esteja sendo estruturada a partir das perspectivas de análise pluralistas de Relações Internacionais,⁷ que não entendem Estados como

⁷ Para maiores esclarecimentos, ver KAUPPI.

atores unitários na arena internacional. Afinal, são ainda Estados que acordam, assinam e ratificam acordos e tratados internacionais de vários matizes, perpassando várias *issue-areas*.

A questão se desenrola a partir da premissa anteriormente destacada é a de como se relacionam os Estados e quais podem ser as condicionantes de tal relacionamento.

A condicionante de maior relevância é a soberania dos Estados. Entende-se por soberania como o poder de mando em uma sociedade política. Ela é a racionalização jurídica de um poder de fato, conferindo-lhe legitimidade, tendo uma face externa e outra interna. A interna refere-se ao limite das relações entre governantes e governados. A externa é oriunda das relações entre os Estados porquanto estabelece os limites de tais relações. (BOBBIO, 2004, vol. 2, p 145).

Quando dois ou mais Estados estabelecem uma relação – política ou não, seja ela conflituosa ou cooperativa, as respectivas soberanias podem ser abaladas, ameaçadas ou ainda limitadas. Na verdade, quando dois ou mais Estados adotam atitudes cooperativas tem, necessariamente, que renunciar à parcela de soberania para que o objetivo comum possa ser alcançado. Em poucas palavras, cada um deverá “ceder um pouco”. Tal situação é problemática na medida em que a confiança de que o outro vai realmente adotar atitudes cooperativas a renunciar a parcelas de soberania jamais é total. É o que se entende por “dilema de cooperação”. Ou seja: um Estado pode concordar em ceder, cooperar, assinar tratados e resoluções internacionais e, na verdade, não o fazer (AXELROD, 1964).

Outra condicionante do relacionamento interestatal é a anarquia vigente na arena internacional. Tal conceito deve ser entendido como a ausência de uma autoridade acima de todos os Estados dotada de poder de sanção, que exerça pressão sobre todos concomitantemente, sendo considerada legítima por todos os atores e, que detenha o monopólio da violência legalizada, a nível internacional. Em suma, não existe um aparato de Estado supranacional. Não existe tal Leviatã.

Aliás, sua existência significaria uma séria limitação às soberanias dos Estados- Nação. Por conseguinte, nem mesmo o Conselho de Segurança da ONU tem tal autoridade, da mesma forma que todos os outros organismos internacionais, mesmo que interestatais. Sua esfera de atuação é sempre limitada pela soberania, sendo o Estado a maior autoridade sobre si mesmo. Quando o interesse de um dado Estado é considerado mais importante do que pode ser entendido como “bem-comum”, não há, na arena internacional, nenhuma instituição organizada que tenha condições de coagi-lo a cumprir diretrizes de ações que proporcionem a satisfação daquilo que fôra acordado como bem ou objetivo comum⁸.

Entretanto, não obstante a anarquia, existe uma dada Ordem na arena internacional. Ela é, via de regra, estabelecida a partir do embate entre os Estados. Sua estrutura depende, em grande parte, da maneira que cada Estado usa seus recursos de poder. Os recursos de poder e, sua

⁸ Para maiores esclarecimentos ver KEOHANE, Robert. *After Hegemony- Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

utilização, definem a posição de cada Estado, periférica ou central, em relação aos outros.

No entanto, em cada *issue-area*, a ação de um Estado pode ter maior ou menor relevância de acordo com os recursos de poder necessários à discussão da questão que estiver em pauta. Isto porque a agenda internacional vem se tornando cada vez mais complexa em um contexto internacional globalizado (para o bem e para o mal), no qual há novos atores, novas temáticas e ... novos recursos de poder.⁹

O fato de um Estado ser dotado de muitos recursos de poder (poder militar, força bélica, capital humano, capital financeiro e soberania sobre áreas estratégicas podem ser exemplos de recursos de poder) não determina que tal Estado vá obter automaticamente uma posição vantajosa, ou ainda que conseguirá impor sua vontade (ao menos em teoria) na arena internacional. A forma de utilização de seus recursos de poder pode ser mais importante, ou mais eficaz, do que a quantidade dos mesmos.

Um bom exemplo desta situação é a dos choques do petróleo no final da década de 1970 e início da década 1980. A questão central esteve em torno – de forma bastante simplificada – da percepção de Estados muçulmanos do oriente médio considerarem-se prejudicados pelo apoio dado por determinados Estados centrais do ocidente – como os EUA e

⁹ Antes da anteriormente citada Conferência de Estocolmo de 1972, recursos ambientais que não vinculados à fontes energéticas ou matérias primas essenciais – como o petróleo, não tinham ainda muito “peso” como recurso de poder. Neste primeiro quartel do século XXI, com o aquecimento global, efeito estufa e outras questões ambientais sérias, recursos naturais, como água doce, por exemplo, passaram a ser considerados “estratégicos”, atraindo a atenção na arena internacional e gerando um novo recurso de poder. Este é, é claro, tão somente um exemplo da questão em pauta.

Holanda - a Israel, durante a Guerra do Yom Kippur (1973). De inserção periférica na arena internacional e pertencentes à OPEP, utilizaram a produção de petróleo como arma política e econômica. A diminuição proposital da quantidade da *commoditie* no mercado internacional gerou ganhos econômicos e políticos para tais Estados.

A ação de política internacional brevemente descrita exemplifica não só a cooperação – no caso entre os produtores de petróleo, como a utilização bem sucedida de um recurso de poder por Estados de inserção periférica. Tal situação demonstra a possibilidade de que, com a globalização e a interdependência entre os Estados, mesmo que assimétrica, o embate político na arena internacional não mais é favorável apenas àqueles que tem mais recursos de poder. A posição periférica de um Estado pode ser relativizada face a boa atuação de *policy-makers*, utilizando um recurso de poder em um momento histórico favorável. (KEOHANE, 1993)

Não obstante tal possibilidade, a interdependência que vem sendo construída entre os Estados é claramente assimétrica. Isto significa que os considerados Estados centrais dependem menos dos periféricos do que o inverso. Aliás, a qualificação “centrais” pode ser considerada um demonstrativo da questão. Estados centrais, além de auferir mais ganhos políticos e econômicos, podem utilizar seus recursos – e o fazem, para tornar seus interesses prioritários, mesmo que não hegemônicos, quando alguma questão cooperativa está em pauta. O impasse se faz presente, inúmeras vezes, quando a agenda internacional apresenta questões referentes à defesa do meio- ambiente, ajuda humanitária, atuação de

ONGs (como a dos *Médicos Sem Fronteiras* e a *Cruz Vermelha*) ou, acima de tudo, transferência de tecnologia, ainda que seja para o combate, por exemplo, a graves epidemias e endemias que atingem várias partes do planeta, simultaneamente.

Tais questões podem parecer à opinião pública como de mais fácil cooperação na medida em que envolvem valores considerados universais como o direito à vida. A cooperação com as agências e organismos do sistema ONU que tem por escopo o trabalho com saúde, fornecimento de alimentos, preservação de recursos naturais, saúde pública, desenvolvimento, apoio a refugiados entre outros parece automática. Não o é. As barganhas políticas necessárias quando de negociação de ações cooperativas são complexas.

Além disso, uma ação cooperativa proposta por um Estado central pode ser entendida, por um Estado periférico, como um mecanismo para a violação da soberania nacional e a concretização dos interesses dos que mais recursos de poder dispõem. Assim sendo, é compreensível, por exemplo, a atitude de um governo que negue permissão para a entrada de alguma ajuda internacional, definida como humanitária, em seu território nacional. A aparência é de que o governo em questão não aceitou tal ajuda por não ter maior preocupação em relação aos seus nacionais. Porém, a percepção de que relações internacionais são complexas e que atitudes cooperativas não são automáticas, permite uma outra percepção, o que não significa concordar, no que tange a determinadas atitudes de governos estabelecidos, primordialmente se

estamos tratando de Estados de inserção periférica, dotados de pouco poder de barganha.

Assim sendo, pode-se inferir que os impasses são muitos, mesmo em uma situação que se faz grave, como a questão Fome X Alimentos.

A Organização das Nações Unidas alertou, em abril de 2009, em Nairóbi, quando da comemoração dos 15 anos *da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* ocorrida na cidade do Cairo, que até 25 por cento da produção mundial de alimentos pode ser perdida até 2050 em razão do impacto conjunto das mudanças climáticas, da degradação de solos, da escassez de água e das pragas¹⁰. A referência não é nacional, mas internacional. Tal pronunciamento demonstra que políticas, economias, questões culturais, sociais, ambientais ou de quaisquer outros matizes não mais podem ser consideradas estritamente nacionais. Os problemas tendem a ser cada vez mais globais.

Nos chegam, através da mídia falada, escrita, televisionada ou disponibilizada na *web*, notícias acerca da fome que grassa em regiões que nos parecem longínquas. Mas, a fome que atinge regiões de distorções agudas, como encontradas em Estados na África subsaariana, por exemplo, nos atinge e nos agride imediatamente na medida em que a sofisticação dos meios de comunicação nos permite ter conhecimento dos fatos em tempo real. A fome *não aconteceu no passado*. Ela *existe agora*. Tudo nos afeta a todos, mesmo que com diferente intensidade. Por isso,

¹⁰ Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/brasil_15_anos_cairo.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2014.

a defesa da vida e da dignidade humana, que é perpassada, a nosso ver, pelo combate à pobreza, à fome e à degradação ambiental, deve ser entendida como questão de política internacional.

E, para que haja ações substantivas acerca das questões em pauta, a cooperação entre Estados se faz fundamental. É através dela que se pode concretizar a transferência de saberes e tecnologias essenciais à solução de graves questões ambientais – naturais ou não – que afetam a produção de alimentos. É a cooperação que permite a disponibilidade e transferência de recursos materiais. É a cooperação que ameniza soberanias. É a cooperação internacional que estimula a construção de valores mundiais, que *não* pode ser entendida uma evolução natural de uma *não natural* globalização (SOARES DE LIMA, 1996, pp. 393-426).

Há, por conseguinte, a necessidade do atendimento de uma agenda comum em torno de valores considerados mundiais. Podemos considerar como passos importantes as Conferências das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorridas em Estocolmo em 1972 e no Rio de Janeiro em 1992 e 2012 (a “Rio + 20”). Não deveria, na verdade, haver questionamento em torno da necessidade de erradicação da miséria e da fome. A luta contra a pobreza absoluta e abjeta, que retira do ser humano qualquer resquício de dignidade, deveria ser um valor universal sem questionamento e não a resultante de barganha política. Porém, é assim que a questão se apresenta na arena internacional.

Não obstante tais passos, as resultantes ainda são por demais insuficientes. Principalmente no que se refere à transferência de saberes e tecnologias. A detenção do Saber é um recurso de poder de atores

políticos. Há a divulgação dos mesmos em publicações especializadas de divulgação global, mas a utilização de conhecimentos fora dos territórios nacionais ainda é problemática. Deter Ciência é deter Poder. Produzir tecnologia, sabemos todos nós, é galgar posições na arena internacional. Cooperar, no entanto, traz ganhos políticos e econômicos limitados....

Como diz Ute Schaeffer, editora chefe do Deutsche Welle:

Um mundo sem fome, com 7 bilhões de pessoas bem alimentadas e bem nutridas, seria possível. Nosso planeta produz alimentos suficientes. A fome não é um problema causado pela natureza ou cuja razão está apenas nas crises. A fome é politicamente tolerada. Ela é aceita porque há "coisas mais importantes", por exemplo as vozes dos consumidores e agricultores europeus. Se nós, europeus, levássemos mesmo a sério nossos sermões sobre solidariedade, teríamos que cortar os subsídios agrícolas no continente, revolucionar os sistemas de comércio e aumentar o preço dos alimentos nos países industrializados.

As vozes dos famintos, contudo, não contam. Eles não têm lobby. Passa-se fome sobretudo – por mais bizarro que isso soe – nas regiões onde os alimentos são produzidos, ou seja, no campo, onde as pessoas vivem da agricultura familiar e não têm seus interesses representados nas instituições econômicas multilaterais. Quando se fala de acordos econômicos e fluxos comerciais globais, essas pessoas não têm voz. Embora sejam numerosas: ainda hoje quase metade da população mundial vive direta ou indiretamente do cultivo de alimentos. Essa grande maioria silenciosa nos países em desenvolvimento paga o preço do nosso sistema econômico: em todo o mundo 1 bilhão de pessoas passam fome ou estão subnutridas.

Ainda ela:

Com indiferença e ignorância – é assim que a comunidade internacional lida com o escândalo da fome no século 21. Um erro fatídico, não somente por razões morais. Não devemos subestimar a força dos pobres e famintos, e tampouco seu potencial político explosivo. Em 2008, os altos preços dos alimentos já provocaram revoltas dos famintos, desde o Camarões até o Egito. Já nos próximos dez anos, isso nos custará bilhões em forma de programas de ajuda e reparação. A fome põe em risco a estabilidade política – primeiro nas regiões atingidas, depois na Europa.

Quem compreende as correlações envolvidas conclui forçosamente que é necessária uma mudança política radical. Nenhuma reparação, nenhuma ajuda

emergencial, nenhuma promessa decorativa, proferida num encontro de cúpula e pouco depois esquecida, será capaz de deter a erosão social e econômica provocada pela fome e pela pobreza em todo o mundo. Da mesma forma que os agricultores no Hemisfério Sul são dependentes de regras comerciais justas e preços justos, as sociedades ricas do Norte são dependentes da estabilidade política e econômica das sociedades do Sul, que crescem rapidamente”.¹¹

Assim, a verdade é que, apesar de produzirmos tecnologia capaz de gerar alimentos, a pouca atenção à questão de política internacional nos leva a que estejamos ameaçados de queda de produção e de um agravamento de uma situação já *per se* catastrófica.

E... ainda convivemos com a fome.

Referências Bibliográficas

Obras e Artigos

AXELROD, Robert. *The evolution of cooperation*. USA: Basic Books, 1964.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). *Dicionário de política*. trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis G. P. Cacaís. 11 ed. Brasília: Ed. UnB, 2004, 2 vols.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony- cooperation and discord in the World political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

LEONARD, H. Jeffrey (org). *Meio Ambiente e pobreza – estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992

MC CORMICK, John. *Rumo ao paraíso: história do movimento ambientalista*. São Paulo: Relume Dumará, 1992.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Teses equivocadas sobre a ordem mundial pós-guerra fria. *Dados*. 1996, vol. 39, n. 3.

¹¹ Disponível em: <http://dw.de/p/136u5>- Acesso em: 05 de dezembro de 2013.

Sítios Eletrônicos

<http://dw.de/p/136u5>

[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/brasil_15_anos_cairo.](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/brasil_15_anos_cairo)

[www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB.](http://www.un.org/files/PT-SWOP11-WEB)

[www. BBC. *aabbcc. e Aid starting to trickle into Burma: agencies.* CTV](http://www.bbc.com/news/world-africa-121111)

* * *